



FUNDAÇÃO ANDRÉ MAGGI

CNPJ:01.832.808/0001-06

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Em cumprimento as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014. Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Cuiabá – MT, 13 de fevereiro de 2015.

Maria de Fátima Maggi Ribeiro
Presidente do Conselho Diretor

Juliana de Lavor Lopes
Secretária Executiva e Membro do Conselho Diretor

**Balço Patrimonial, levantado em 31 de dezembro de 2014
(Valores expressos em reais – R\$)**

		2014	2013			2014	2013
ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE	Nota Explicativa			CIRCULANTE	Nota Explicativa		
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	5.624.151,58	3.819.215,22	Fornecedores	9	13.144,77	8.787,41
Outros Créditos	6	7.424,53	4.467,17	Obrigações Trabalhistas e Sociais	9	49.225,08	54.738,60
Estoques	7	2.378,77	147.588,39	Obrigações Fiscais	9	733,73	303,65
				Outras Obrigações		10.000,00	0,00
Total do Ativo Circulante		5.633.954,88	3.971.270,78	Total do Passivo Circulante		73.103,58	63.829,66
NÃO CIRCULANTE				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Imobilizado	8	903.474,41	974.042,52	Patrimônio Social	10	4.867.460,93	4.417.074,01
Intangível	8	271,29	499,19	Superávit do Exercício	12	1.582.614,17	450.386,92
				Ajuste de Avaliação Patrimonial	11	14.521,90	14.521,90
Total do ativo não circulante		903.745,70	974.541,71	Total do Patrimônio Líquido		6.464.597,00	4.881.982,83
TOTAL DO ATIVO		6.537.700,58	4.945.812,49	TOTAL DO PASSIVO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		6.537.700,58	4.945.812,49

**Demonstração do Resultado do Período
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (Valores expressos em reais – R\$)**

	2014	2013
	Nota Explicativa	
Receita Operacional Bruta (atividade preponderante, cfe art. 6º do Estatuto Social)	4.497.200,30	3.103.505,20
(-) Deduções da Receita Bruta	--	--
Receita Operacional Líquida	4.497.200,30	3.103.505,20
(-) Custos Operacionais (Lei No. 6.404/76, artigo 187)	2.806.077,65	2.513.573,38
Resultado Bruto. (Lei No. 6.404/76, artigo 187 e ITG 2002)	1.691.122,65	589.931,82
(-) Despesas de Custeio	108.508,48	139.544,90
Gerais e Administrativas	234.282,16	223.123,03
Depreciações e Amortizações	4 128.687,52	144.513,42
Resultado Financeiro Líquido	8 254.461,20	228.091,55
Superávit/Déficit do Exercício	1.582.614,17	450.386,92

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (Valores expressos em reais – R\$)

Histórico	Nota Explicativa	Patrimônio Social	Superávit/Déficit Acumulado	Superávit/Déficit do Exercício	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de Dezembro de 2012		3.866.241,87	0,00	550.832,14	14.475,10	4.431.549,11
Transferência para Superávit/Déficit Acumulados		550.832,14	0,00	-550.832,14	0,00	0,00
Superávit do Exercício de 2013		--	--	450.386,92		450.386,92
Ajuste de Avaliação Patrimonial	11	--	--	--	46,80	46,80
Transferência para Patrimônio Social		0,00	0,00	--	--	--
Saldos em 31 de Dezembro de 2013		4.417.074,01	0,00	450.386,92	14.521,90	4.881.982,83
Transferência para Superávit/Déficit Acumulados		450.386,92	0,00	-450.386,92	0,00	0,00
Superávit do Exercício de 2014		--	--	1.582.614,17		1.582.614,17
Transferência para Patrimônio Social	11	0,00	0,00	--	--	--
Saldos em 31 de Dezembro de 2014		4.867.460,93	0,00	1.582.614,17	14.521,90	6.464.597,00

Demonstração do Valor Adicionado
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (Valores expressos em reais – R\$)

(Em R\$)		2014	%	2013	%
	Nota Explic				
1. RECEITAS		4.832.464,10		3.389.296,44	
Receitas de Doações e Apoio a projetos	19	4.407.144,40		3.052.285,82	
Outras Receitas		71.598,37		512.19,38	
Receitas Financeiras		335.263,80		285.791,24	
Receitas Não Operacionais		18.457,53		0,00	
2. CUSTOS DE PRODUÇÃO		0,00		0,00	
Custos de Produção Bebidas a Base de Soja		0,00		0,00	
Custos de Produção Derivados de Soja		0,00		0,00	
3. VALOR ADICIONADO BRUTO		4.832.464,10		3.389.296,44	
RETENÇÕES		128.687,52		144.513,42	
Depreciação e Amortização	8	128.687,52		144.513,42	
4. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		4.703.776,58		3.244.783,02	
5. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		0,00		0,00	
Ganhos na venda ou baixa do imobilizado		0,00		0,00	
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		4.703.776,58		3.244.783,02	
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		4.703.776,58	100	3.244.783,02	100
Despesas com Pessoal		932.425,25	19,82	731.463,17	22,54
Serviços de Terceiros		984.051,87	20,92	757.113,68	23,33
Encargos e Tributos de Terceiros		6.022,63	0,13	4.250,08	0,13
Apoio a Projetos Culturais, Ambientais, Sociais		258.143,02	5,49	323.669,51	9,98
Apoio, Parceria Continua a Instituições		192.826,00	4,10	358.004,11	11,03
Projeto, Sociais, Culturais, Ambientais da FAM		222.661,61	4,73	163.575,71	5,04
Despesas de Viagens		209.947,27	4,46	175.497,12	5,41
Despesas Administrativas		148.426,94	3,16	175.449,19	5,41
Despesas com Tributos, Taxas e Multas		8.215,32	0,17	10.158,22	0,31
Despesas Financeiras		80.802,60	1,72	57.699,69	1,78
Despesas com Seguros		11.294,13	0,24	14.410,24	0,44
Outras Despesas		66.345,77	1,41	23.105,38	0,71
SUPERA VIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO		1.582.614,17	33,65	450.386,92	13,88

Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Indireto
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (Valores expressos em reais – R\$)

		2014	2013
1. ATIVIDADES OPERACIONAIS			
	Nota Explicativa		
Superávit do Exercício			
Superávit/Déficit do Exercício	12	1.582.614,17	450.386,92
(+) Depreciação e Amortização	8	128.687,52	144.513,42
(-) Ganho de Capital na Venda do Imobilizado		(18.500,00)	-
(+/-) Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	46,80
(+/-) Imobilizado - ajuste	8	-	(46,80)
Superávit do Exercício Ajustado:		1.692.801,69	594.900,34
Acréscimo/Decréscimo do AC + ANC			
(+/-) Estoques	7	145.209,62	97.326,04
(+/-) Créditos a Receber	6	(279,00)	-
(+/-) Despesas Antecipadas	6	(2.678,36)	5.420,63
Total de Acréscimo/Decréscimo do AC + ANC		142.252,26	102.746,67
Acréscimo/Decréscimo do PC + PNC			
(+/-) Fornecedores	9	4.357,36	(30.145,81)
(+/-) Obrigações Trabalhistas, Sociais e Fiscais	9	13.479,23	389,43
(+/-) variação da Provisão de Férias e Encargos	9	(18.992,75)	24.288,03
(+/-) Obrigações Vinculadas a Fiscais e Tributárias	9	430,08	223,45
(+/-) Outras Obrigações	9	10.000,00	-
Total de Acréscimo/Decréscimo do PC + PNC		9.273,92	(5.244,90)
TOTAL DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		1.844.327,87	692.402,11
2. ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
(+/-) Recebimento pela venda do imobilizado	8	18.500,00	
(+/-) Imobilizado - adições	8	(120.671,09)	(63.421,84)
(+/-) Imobilizado - baixas	8	62.779,58	280,50
TOTAL DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(39.391,51)	(63.141,34)
3. ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
(+/-) Empréstimo Bancário		-	-
(+/-) Financiamentos Bancários		-	-
(+/-) Capital Social		-	-
TOTAL DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	-
TOTAL DAS ATIVIDADES (1 + 2 + 3)		1.804.936,36	629.260,77
VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES			
Saldo no Início do Exercício	5	3.819.215,22	3.189.954,45
Saldo no final do Exercício	5	5.624.151,58	3.819.215,22

Notas Explicativas as Demonstrações Contábeis

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (Valores expressos em reais – R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação André Maggi é uma instituição sem fins lucrativos, criada em Assembleia Geral realizada em 17 de fevereiro de 1997, sua escritura pública de constituição foi lavrada no Cartório do 1º Ofício de Notas e Registros da Comarca de Tangará da Serra/MT, sob o nº 440, folha 236 do Livro A-3, em 07 de março de 1997. Seu foco de atuação esta direcionado para a promoção do desenvolvimento social, atuando, prioritariamente, em parceria com instituições nacionais e internacionais nestes projetos. Possui Título de Utilidade Pública Federal, conforme Portaria nº 509 de 05 de março de 2007, o Título de Utilidade Pública Estadual, conforme lei nº 6.938 de 15 de outubro de 1997 e Título de Utilidade Pública Municipal, conforme Lei n.º 4.635 de 12 de setembro de 2005.

São finalidade estatutária, conforme artigo 6:

- I. Estimular atividade de pesquisa nas áreas de educação, saúde e assistência social;
- II. Realizar pesquisas, estudos, programas e projetos nas áreas de desenvolvimento social e da saúde, desenvolvimento econômico, agropecuário, agroindústria, com reflexos na comunidade em geral.
- III. Promover, apoiar e incentivar ações nas áreas da educação da infância e adolescência, cultura, saúde, assistência social, recreação e esporte estudantil, proporcionando integral desenvolvimento da coletividade, do bem comum, no interesse social.
- IV. Promover a defesa, preservação, conservação e recuperação do Meio Ambiente;
- V. Promover cursos, palestras, congressos, seminários, simpósios e conferências;
- VI. Promover ações de proteção e promoção da família;
- VII. Apoiar instituições com objetivos congêneres ou afins, através de parcerias de colaboração ou instrumentos de ajustes de colaboração ou convênios ou contratos, promovendo atividades com outras instituições, mantendo intercâmbios técnicos, científicos, educacionais, culturais, assistenciais, beneficentes e informativos;

2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Na elaboração das demonstrações financeiras de 2014, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei No. 11.941/09 que alteraram artigos da Lei No. 6.404/76 em relação aos aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução CFC Nº. 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC Nº 1409/12 para as Entidades sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

3. FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL - (Resolução CFC Nº 1.330/11 - ITG 2000)

A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico.

O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados aos respectivos documentos de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no “Diário” da Entidade, e posteriormente registrado no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas.

A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil.

A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”. A entidade manter em boa ordem a documentação contábil.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

- a) **Caixa e Equivalentes de Caixa** – Conforme determina a Resolução do CFC No. 1.296/10 (NBC –TG 03) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26) – Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste sub-grupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.
- b) **Aplicações de Liquidez Imediata** – As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço;
- c) **Estoques Resolução CFC No. 1.170/09 (NBC TG 16)** – Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se às peças de manutenção e reposição até a data do balanço. O valor total escriturado em estoques no exercício de 2014 é de R\$ 2.378,77 (Dois mil trezentos e setenta e oito reais e setenta e sete centavos). Quando necessária a provisão para desvalorização dos estoques é constituída com base na análise dos estoques e seu tempo de permanência e seu montante é avaliado pela Administração.
- d) **Imobilizado** – Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota 08 e leva em consideração vida útil e utilização dos bens (Resolução CFC No. 1.177/09 (NBC – TG 27). Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.
- e) **Passivo Circulante e Não Circulante** – Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. – **Provisões** – Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando

julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

- f) **Prazos** – Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes.
- g) **Provisão de Férias e Encargos** – Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.
- h) **Provisão de 13º Salário e Encargos** – Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço.
- i) **As Despesas e as Receitas** – Estão apropriadas obedecendo ao regime de competência.
- j) **Apuração do Resultado** – O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado.
- k) **Estimativas contábeis** – A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do Ativo imobilizado, Provisão para Devedores Duvidosos, Provisão para Contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Referem-se aos valores de disponibilidade imediata mantidos em tesouraria e instituições financeiras, segue valores:

Contas	2014	2013
Caixa	11.848,58	11.981,64
Bancos-Conta Movimento	43.761,61	35.389,74
Aplicações Financeiras	5.568.541,39	3.771.843,84
Saldos Totais em Reais	5.624.151,58	3.819.215,22

6. OUTROS CRÉDITOS

Este grupo é composto pelos seguros e serviços contratados, cujo período de vigência beneficia o exercício seguinte e estão representadas pelo seu valor nominal:

Contas	2014	2013
Despesas Antecipadas	7.145,53	4.467,17
Saldos Totais em Reais	7.145,53	4.467,17

7. ESTOQUES (Resolução CFC No. 1.170/09 NBC TG 16)

Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição e os valores contabilizados não excedem os valores de mercado. A composição dos estoques é a seguinte:

Descrição	2014	2013
Estoques	2.378,77	147.588,39
Estoque Peças de Manuten	2.378,77	5.987,43
Estoque Produto para Doar	0,00	141.600,96

8. ATIVO NÃO-CIRCULANTE: IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Os ativos Imobilizados e Intangíveis são contabilizados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação do período, originando o valor líquido contábil.

O valor de recuperação dos bens e direitos do imobilizado e intangível são periodicamente avaliados para que se possa efetuar o registro de perdas potenciais ou uma revisão dos critérios das taxas de depreciação na finalidade de atender a Lei 11.638/07, Deliberação CVM 583/2009, Deliberação CVM 644/2010, Resolução do CFC Nº 1.177/2009 (NBC TG 27 e Resolução do CFC Nº 1.330/10, NBC TG 04).

Rubricas	Qtde. Bens	Taxa Anual	2014	2013
Terrenos	7	N/A	39.195,28	39.195,28
Edificações	3	4% a.a	699.637,88	699.637,88
Máquinas e Equipamentos	80	10% a.a	386.739,38	588.056,38
Equipamentos de Informatica	88	10% a.a	195.673,76	162.371,62
Móveis e Utensílios	175	10% a.a	113.651,32	76.740,94
Veículos	2	20% a.a	74.427,69	83.361,33
Equipamentos Audiovisuais	100	10% a.a	82.678,07	82.808,07
(-) Depreciação Acumulada			-688.528,97	-758.128,98
Imobilizado líquido, em reais			903.474,41	974.042,52
Rubricas	Qtde. Bens	Taxa Anual	2013	2013
Software	14	20% a.a	36.673,76	36.673,76
(-) Amortização Acumulada			-36.402,47	-36.174,57
Imobilizado líquido, em reais			271,29	499,19
Total do Ativo Não Circulante			903.745,70	974.541,71

9. PASSIVO CIRCULANTE (Obrigações a Curto Prazo)

Este grupo está composto pelo seu valor nominal, original e representa o saldo credor de fornecedores em geral, obrigações fiscais-empregatícias, tributárias e outras obrigações, bem como as provisões sociais. Segue composição do Passivo Circulante:

Descrição	2014	2013
Vinc. Fornecimento de Mat. E Serv.	13.144,77	8.787,41
Fornecedores	13.144,77	8.787,41
Obrigações Trabalhista e Sociais	33.631,46	20.152,23
FGTS	7.140,65	796,23
INSS	22.501,66	16.965,28
PIS	1.061,06	793,39
IRRF	2.868,09	1.597,33
Contr Sindical	60,00	0,00
Obrigações Fiscais	733,73	303,65
IRRF	297,52	288,29
Iss a Recolher	436,21	15,36
Provisões Trabalhistas	15.593,62	34.586,37
Férias	11.398,96	25.282,59
Encargos sobre Férias	4.194,66	9.303,78
Outras Obrigações	10.000,00	0,00
Obrigações com Contingências Judiciais	10.000,00	0,00
Total em reais	73.103,58	63.829,66

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do Superávit do Exercício de R\$ 1.582.614,17 (Um milhão quinhentos e oitenta e dois mil e seiscentos e quatorze reais e dezessete centavos), os bens recebidos através do ajuste de avaliação patrimonial considerados, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação e preço de mercado.

11. AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Em consonância com a Resolução 1.159/09 (CTG 2000) e a Lei 11.638/07 a criação da conta Ajuste de Avaliação Patrimonial faz parte do Patrimônio Líquido como um grupo especial, uma vez que os valores nela contabilizados não transitaram pelo resultado e são referentes a exercícios anteriores.

12. RESULTADO DO EXERCÍCIO

O Superávit do exercício de 2014 foi de R\$ 1.582.614,17 (Um milhão quinhentos e oitenta e dois mil e seiscentos e quatorze reais e dezessete centavos) e consta incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução CFC Nº 1.409/12 que aprovou a NBC ITG 2002 em especial no item 14, que revogou a Resolução CFC Nº 877/2000 - NBC T 10.19, que descreve que o superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta do Patrimônio Social.

13. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC)

A DFC - Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC nº 1.152/2009, que aprovou a NBC TG 13 e também com a Resolução/CFC Nº 1.296/10, que aprovou a NBC T 03 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA. O Método na elaboração do Fluxo de Caixa que a Entidade optou foi o INDIRETO. As rubricas contábeis que compõem o saldo das Atividades de Investimentos são as seguintes:

Atividades de Investimentos	2014	2013
Recebimento pela venda do imobilizado	18.500,00	0,00
Imobilizado – Adições	-120.671,08	-63.421,84
Imobilizado – Baixas	62.779,58	280,50
TOTAL	-39.391,50	-63.141,34

14. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA)

A Demonstração do Valor Adicionado foi elaborada em conformidade com a Resolução do CFC Nº. 1.138/2008 (alterada pela Resolução CFC 1.162/2009) que aprovou a NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado e também de acordo com a Resolução 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13.

15. COBERTURA DE SEGUROS

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contábil de Continuidade.

Os valores segurados são definidos pela Administração da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso.

Modalidade	Valor Contábil	Valor Segurado
Edificações	491.085,68	2.068.000,00
Veículos	30.290,61	mercado

16. REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS

A Entidade revisou o valor contábil líquido dos ativos em relação ao seu valor justo com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, conforme previsto na Lei No. 11.638/07, Deliberação da CVM No. 527, Resolução 1.292/10 que aprova (NBC TG 01). Quando tais evidências são identificadas (o que não foi o caso em 2014), e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Administração para efetuar esse TESTE avaliou se existe alguma necessidade de desvalorização dos ativos utilizados como indicações a análise das principais fontes externas e internas que possam interferir na recuperabilidade dos ativos operacionais da Entidade, e assim desenvolvendo uma análise da evolução dos principais indicadores de geração de Receita, Caixa, Crescimento e Retorno de Investimentos dos últimos três (2011, 2012 e 2013) exercícios sociais, mais o exercício em curso (2014) e projeções futuras (2015 2016 e 2017).

Concluimos que ambos os métodos ou critérios tanto pelo valor líquido de venda e valor líquido de uso utilizado demonstraram que o valor líquido contábil está a menor que o valor justo estimado, e por este motivo não é necessário qualquer lançamento contábil para redução dos valores contabilizados, e assim não foi necessário constituir provisões para recuperação de ativos imobilizado e intangível do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

17. AJUSTE AO VALOR PRESENTE (Resolução do CFC No. 1.151/09 (NBC TG 12))

Em cumprimento a Resolução CFC Nº 1.151/09 (NBC TG 12) e a Lei 11.638/07 a Entidade não efetuou o ajuste de valor presente das contas de Ativos e Passivos Circulantes (saldos de curto prazo), pois a sua Administração entendeu que tais fatos não representam efeitos relevantes.

Ainda em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa o valor de um direito ou obrigação descontada as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisarmos os saldos contábeis (operações e/ou critério da essência sobre a forma) dos itens que estão compondo os ativos e passivos não circulantes da Entidade, a Administração entendeu que não foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente, pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não circulantes) não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução CFC Nº 1.151/09 que aprova NBC TG 12.

18. ISENÇÃO TRIBUTÁRIA

A ENTIDADE é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, e também é isenta à incidência das Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido por força da Lei No. 9.532/97; Lei No. 12.101/09, alterada pela Lei 12.868/13 e Decreto 8.242/14.

19. DOAÇÕES RECEBIDAS

Eventualmente, a Entidade recebe doações de pessoas jurídicas, previstas no seu Estatuto Social, artigo 6º, conforme demonstrativo em anexo:

Exercício	Valor Recebido
2014	4.407.144,40
2013	3.052.285,82
TOTAL	7.459.430,22

20. OUTRAS RECEITAS / DESPESAS (Fatos Extraordinários)

Conforme a Resolução CFC Nº 1.152/09 que aprova NBC TG 13 e 1.157/09 que aprova CTG 02 e a Medida Provisória No. 449/08 (atual Lei 11.941/09) as receitas e despesas não operacionais foram classificadas no Grupo “Outras Receitas / Despesas” no grupo operacional e não após a linha do “resultado operacional”. Abaixo descrevemos os valores que compõem este grupo:

CONTA	DESCRIÇÃO	2014	2013
3.1.02	Outras Receitas	71.598,37	51.219,38
4.2	Outras Despesas	66.388,24	23.105,38

21. ATIVIDADES DA FUNDAÇÃO ANDRÉ MAGGI

Em 2014 a Fundação deu início a execução dos processos de trabalho que visam estabelecer as Diretrizes Estratégicas aprovadas para o período de 2014 á 2018, com a visão de “Transformar pessoas e comunidades para o desenvolvimento sustentável” e tendo como missão a tarefa de “Contribuir para o desenvolvimento local e humano” nas comunidades onde atua a Fundação durante o ano de 2014 direcionou suas ações a fim de fortalecer sua estratégia.

Através dos recursos financeiros captados do setor privado a Fundação atingiu suas finalidades desenvolvendo diversos programas, projetos e ações. Destacamos os seguintes projetos sociais:

- (i) Complementação Alimentar – O projeto que tinha como ação principal a distribuição de bebida de soja em pó para as organizações selecionadas, chegou na fase final de implantação tendo suas atividades finalizadas durante o ano de 2014;
- (ii) Seleção Publica de Projetos Sociais – Em 2014 foram acompanhados 10 projetos;
- (iii) Manutenção dos projetos culturais nos Estados de Mato Grosso e Amazonas dentre eles: o Programa de Formação de Jovens Bailarinos da Fundação André Maggi, Casa Maggica e o Centro Cultural Velha Serpa;
- (iv) Manutenção do Núcleo Social para melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento local os projetos: Aproxima, Cozinha Experimental, Parceiras Contínuas e Produtores Responsáveis Aumentam Desenvolvimento Local;
- (v) Manutenção do Programa de Apoio a Instituições Sociais (pequenos apoios concedidos para projetos sociais dos Estados de Mato Grosso, Rondônia e Amazonas).

Descrição	2014	2013
FUND. ANDRE MAGGI - MATRIZ	2.460.579,05	1.815.176,28
Administrativo	629.940,99	363.305,13
Programa Formação Jovens Bailarinos	114.601,34	144.606,90
Apae Rondonópolis	12.601,91	18.295,94
Creches Rondonópolis	7.745,15	8.831,48
Seleção Publica De Projetos	291.310,46	423.421,42
Programa Apoio Instituições Sociais	7.000,00	41.428,36
Ações Pontuais	1.198,61	11.846,31
Casa Maggica	667.139,32	564.701,59
Produtores Responsaveis Aumentam Desenvolvimento Local	167.823,05	238.739,15
Implantação de Avaliação dos Impactos dos Programas e Projetos	163.505,98	0,00
Potencializa	48.049,52	0,00
Aproxima FAM	123.253,57	0,00
Programa Estratégico de Comunicação	213.570,29	0,00
Programa de Engajamento	12.838,86	0,00
FUND. ANDRE MAGGI - ITACOATIARA	499.270,44	576.365,24
Complementação Alimentar	128.855,50	295.602,46
Centro Cultural Velha Serpa	370.414,94	280.762,78
FUND. ANDRE MAGGI - RONDONOPOLIS	259.385,50	331.776,38
Complementação Alimentar	229.636,10	303.758,92
Cozinha Experimental	29.749,40	28.017,46
FUND. ANDRE MAGGI - SAPEZAL	30.657,41	57.552,46
Parcerias Contínuas	30.657,41	57.552,46
Totais em Reais	3.249.892,40	2.780.870,36

Cuiabá - MT, 31 de dezembro de 2014.

Maria de Fátima Maggi Ribeiro
Presidente do Conselho Diretor

Juliana de Lavor Lopes
Secretária Executiva e Membro do Conselho Diretor

Carla Regina Busanello de Meira
Contadora - CRC-MT 011288/O-1